

A CULTURA QUEER E A HABITAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: experiências no Centro Histórico de São Luís

EIXO TEMÁTICO 03: Representações, Memória e Preservação do Urbano

FERREIRA, Íkaro

Graduando; UEMA

ferreiraikaro1@gmail.com

OLIVEIRA, Giovanna

Graduada; UEMA

giovannasoliveira21@gmail.com

SILVA, Maria Paula

Graduanda; UEMA

mariapaulasaraivars@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa o papel da habitação e da cultura queer como ferramentas de preservação do Centro Histórico de São Luís. A partir do mapeamento de políticas habitacionais implementadas nas últimas décadas, evidencia-se que as iniciativas estatais foram insuficientes para garantir a permanência da população e reverter o esvaziamento urbano, ao tratarem a moradia como elemento secundário. Em contraponto, demonstra-se que a ocupação cotidiana — tanto por moradores quanto por coletivos culturais queer — desempenha um papel central na manutenção do espaço urbano, ao garantir uso contínuo, ativação de edifícios e produção de sociabilidade. A cena queer, ao ocupar casarões, ruas e espaços subutilizados por meio de festas e práticas culturais, contribui diretamente para a reativação e ressignificação do centro histórico. Conclui-se que a preservação urbana depende da articulação entre políticas de habitação e reconhecimento dessas práticas culturais como formas legítimas de ocupação e conservação do espaço.

Palavras-chave: habitação; cultura queer; preservação urbana; centro histórico; ocupação do espaço.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

This article analyzes housing and queer culture as tools for preserving the Historic Center of São Luís. By examining housing policies implemented over recent decades, it shows that state initiatives were insufficient to ensure population permanence and reverse urban decline, as housing was treated as a secondary element. In contrast, the study demonstrates that everyday occupation—by both residents and queer cultural collectives—plays a central role in maintaining urban space by ensuring continuous use, activating buildings, and producing social life. Queer culture, through parties and cultural practices held in abandoned buildings, streets, and underused spaces, directly contributes to the reactivation and reinterpretation of the historic center. The article concludes that urban preservation depends on the articulation between housing policies and the recognition of these cultural practices as legitimate forms of occupation and conservation.

Keywords: habitation; queer culture; urban preservation; historic center; spatial occupation.

RESUMEN

Este artículo analiza la vivienda y la cultura queer como herramientas de preservación del Centro Histórico de São Luís. A partir del análisis de políticas habitacionales implementadas en las últimas décadas, se evidencia que las iniciativas estatales fueron insuficientes para garantizar la permanencia de la población y revertir el vaciamiento urbano, al tratar la vivienda como un elemento secundario. En contraste, se demuestra que la ocupación cotidiana —tanto por residentes como por colectivos culturales queer— cumple un papel central en el mantenimiento del espacio urbano, al asegurar el uso continuo, la activación de edificaciones y la producción de sociabilidad. La cultura queer, mediante fiestas y prácticas culturales en edificios abandonados, calles y espacios subutilizados, contribuye directamente a la reactivación del centro histórico. Se concluye que la preservación urbana depende de la articulación entre políticas de vivienda y el reconocimiento de estas prácticas como formas legítimas de ocupación y conservación.

Palabras clave: vivienda; cultura queer; preservación urbana; centro histórico; ocupación del espacio.

PENSAR FORA DO EIXO

INTRODUÇÃO

A resiliência dos centros históricos reflete sua capacidade de atravessar o tempo, preservando sua relevância na contemporaneidade, mesmo diante de inúmeros desafios. Por sua natureza multitemporal, esses espaços não apenas carregam vestígios do passado, mas também acompanham as transformações da vida urbana, adaptando-se às novas demandas e necessidades. Essa continuidade, que transcende suas origens antigas, levantam-se questões fundamentais sobre os limites e propósitos da conservação: até onde conservar? Ou, mais importante, para quem conservar?

O fortalecimento do cotidiano e a construção de significados são favorecidos pelo ato de habitar, pois é na vivência do espaço que se criam vínculos que transcendem a esfera íntima. Esses vínculos se tornam ainda mais evidentes quando uma comunidade se organiza em torno de um objetivo comum, de um marco significativo ou de um elemento cultural que atua como catalisador. Nesse contexto, Bourdieu (1999) define o *habitus* como um “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (p. 191), esclarecendo como essas práticas coletivas se enraízam na dinâmica social e cultural do habitar.

A arte e a cultura constituem agentes fundamentais na preservação do espaço urbano. Nas cidades latino- americanas, a resistência cultural tem sido um fator determinante na manutenção de traços identitários e históricos dos territórios. Walter Mignolo (2003) argumenta que a colonialidade do poder impôs dinâmicas urbanas de apagamento e homogeneização cultural, mas que, em contrapartida, emergiram práticas de insurgência e decolonialidade espacial que restauram e ressignificam o território pela ação direta dos habitantes.

Henry Lefebvre (1974), ao tratar da produção social do espaço, enfatiza que a vivência cotidiana, a arte e a cultura dos moradores são forças capazes de transformar, defender e ressignificar espaços. Donald Appleyard (1979) criticou a visão limitada da conservação reduzida à escala material, propondo uma abordagem holística que destacava a necessidade de considerar os impactos sociais nos planos de preservação. Ao integrar o patrimônio construído com a dinâmica da vida urbana, Appleyard nos lembra que conservar não é apenas preservar objetos ou edifícios, mas sustentar as interações e os significados que eles promovem nas comunidades.

PENSAR FORA DO EIXO

Outrossim, compreende que as práticas culturais como fruto direto da produção do espaço urbano consolidado da área central são uma maneira singular de oferecer-lhe significado e identidade para além das construções históricas. Esse cenário ganha mais densidade de significado quando observado na perspectiva queer, onde grupos LGBTQIA+ apropriam-se do espaço subvertendo o padrão colonial do uso do lugar, historicamente habitado por família tradicionais que possuindo subordinados de grupos marginalizados da sociedade ludovicense- sobrepuaram-se a eles graças as normas sociais vigentes na época e que desenharam a sociedade contemporânea ao moldes do passado, perpetuando preconceitos e intolerâncias.

A atuação cultural queer no centro é resistência direta ao padrão capitalista idealizado pelo Estado, que gentrifica e mercantiliza o centro, inclinando-o para uma população “limpa”. Esse movimento consolida-se diante de um histórico de ocupações queer na região central de São Luís, que desenvolveu-se e hoje abriga as mais diversas formas de expressão de gênero e sexualidade. Esse artigo faz um breve apanhado da instalação do movimento nesse espaço e como surgem os íntimos laços da população LGBTQIA+ com o Centro Histórico de São Luís, utilizando como base principalmente Angela Costa (2023), que estudou a consolidação dos espaços como sendo de uso principalmente queer na região central ludovicense, e fazendo também uma análise desse movimento com as políticas habitacionais e de ocupação que existem no centro.

É nesse entrecruzamento entre teoria e prática urbana que este artigo se situa. A partir do Centro Histórico de São Luís, investiga-se como a habitação popular – e as práticas culturais dos sujeitos que historicamente produzem esse território – tem atuado como instrumento ativo de conservação urbana, preenchendo as lacunas deixadas por décadas de políticas públicas insuficientes e alheias às experiências e cotidiano de quem habita esse espaço.

O foco deste estudo é a preservação do patrimônio que se sustenta não pela ação institucional mas pela resistência das práticas cotidianas, identitárias e culturais de grupos invisibilizados que encontram no centro de São Luís um lugar de se apropriar e pertencer. Para tanto, o presente artigo percorre o papel da habitação como agente da conservação ativa; o histórico dos programas habitacionais em São Luís; a manutenção do patrimônio pela cultura; e a emergência de expressões culturais contemporâneas como formas insurgentes de preservação urbana.

1 MORAR COMO ATO DE RESISTÊNCIA: HABITAÇÃO E PERMANÊNCIA NO CENTRO HISTÓRICO

A habitação tem sido, há muito tempo, reconhecida como um elemento central para a conservação dos centros históricos. É Alois Riegl (1903) quem oferece uma das bases teóricas mais potentes para compreender essa centralidade. Ao sistematizar os valores atribuídos aos monumentos, o autor distingue o valor de antiguidade do valor de uso. Essa distinção toca diretamente no tensionamento que o Centro Histórico de São Luís enfrenta: o dilema entre proteger a materialidade como testemunho do passado ou buscar uma mediação ativa entre conservação e contemporaneidade.

É precisamente o valor de uso que torna a habitação um dos instrumentos mais potentes e resilientes de conservação dos centros históricos. Diferentemente de outros usos urbanos (por exemplo, o comércio, sujeito às oscilações do mercado ou as instituições vulneráveis às mudanças de gestão e de política), a habitação, quando adequadamente gerida, possui uma capacidade singular de permanência. Ela não depende de fluxos turísticos, de demandas culturais sazonais ou de decisões administrativas para justificar sua existência: ela se sustenta pela necessidade humana mais fundamental: morar. É essa estabilidade que faz da habitação não apenas um uso entre outros, mas um uso que atravessa o tempo e ancora o espaço histórico na vida cotidiana da cidade.

Ao focar nesse uso habitacional, emerge toda a complexidade que ela pressupõe. Habitar não se reduz à unidade residencial. Quando se ocupa um casarão no centro histórico, não se ativa apenas aquele edifício mas uma rede. Jacobs (2011) já demonstrava que a vitalidade urbana depende precisamente dessa trama de relações cotidianas: a presença de moradores sustenta o pequeno comércio de bairro, justifica a manutenção de escolas, postos de saúde e transporte público, alimenta relações de vizinhança e produz o olhar atento sobre a rua que torna o espaço seguro e habitável. Habitar, nesse sentido, conserva em múltiplas escalas simultaneamente: do edifício ao quarteirão, do quarteirão ao bairro, do bairro à cidade.

Porém, essa potência da habitação colide com tensões históricas profundas no interior do próprio campo do patrimônio. Desde a consolidação das políticas patrimoniais no Brasil, o morador popular raramente foi colocado como sujeito legítimo do espaço tombado. As instituições responsáveis pela preservação construíram, ao longo do tempo, uma imagem do patrimônio associada predominantemente ao lazer, ao turismo e à fruição cultural, assim as regiões históricas passaram

PENSAR FORA DO EIXO

a ser exploradas a partir de experiências descoladas da realidade urbana, com o turismo como principal vetor.

Nesse processo, o patrimônio é consumido não como espaço de vida, mas como cenário. Meneses (2012) crítica essa lógica ao descrevê-la como uma prática "voyeurista", marcada pela ausência de análise crítica e pela valorização da contemplação superficial, abordagem que invisibiliza e silencia o cotidiano de trabalho e de moradia que sempre coexistiu com, e muitas vezes sustentou, esses espaços.

Essa complexidade se aprofunda quando o olhar recai sobre as políticas e a gestão dos espaços patrimonializados. Opera aí uma lógica elitista estrutural: a de que a camada popular não é sujeito legítimo do espaço tombado. Historicamente, após o declínio econômico do centro e a saída da elite em direção a novas áreas de expansão urbana, não houve retorno nem perspectiva de retorno dessa população e o espaço patrimonial passou a ser tratado não como lugar de vida, mas como ativo a ser explorado.

Essa exploração se dá por meio de aluguéis, usos comerciais pontuais ou, mais perversamente, por uma lógica de espera especulativa: o abandono, não dos moradores, que resistiram, mas do comércio de grande porte e das instituições, funciona como estratégia deliberada para justificar, no futuro, a entrada de investimentos privados voltados a usos mais rentáveis.

Em São Luís, esse processo já não é hipótese: a recente transformação da Casa do Maranhão em uma unidade do Hotel Vila Galé é um exemplo concreto de como o "desamparo" do centro histórico pode ser instrumentalizado para abrir espaço ao turismo de alto padrão, em detrimento dos usos populares, habitacionais e culturais que ali resistiam.

Diante dessas tensões, a contribuição de Gustavo Giovannoni (1995) permanece como referência fundamental e como proposta. O urbanista italiano alertava o movimento moderno contra um rompimento drástico com o passado, recomendando a integração das características históricas das cidades à contemporaneidade. Para ele, a vitalidade dos centros históricos depende de sua capacidade de funcionar como bairros mistos, espaços que integram habitação, comércio, cultura e vida pública em uma escala que respeite a morfologia e a ambiência históricas. Longe de propor uma museificação do passado, Giovannoni defendia que a contemporaneidade poderia ser acomodada sem destruir a camada tradicional, desde que o tecido social e funcional do centro fosse preservado.

PENSAR FORA DO EIXO

Essa visão é corroborada por Oliveira (2025, p. 80), ao afirmar que "a habitação em centros históricos permite que as pessoas continuem atribuindo novos significados e construindo a identidade desses espaços, enquanto as demandas são atualizadas conforme as narrativas que ali se desenvolvem." O argumento ressoa com o que Raquel Rolnik (1995) já sinalizava: habitar é muito mais do que ocupar uma unidade física, é a continuidade de práticas diárias, a preservação de valores e a reelaboração de memórias coletivas que constroem, ao longo do tempo, a identidade de um lugar.

No Centro Histórico de São Luís, os moradores que resistiram ao esvaziamento da segunda metade do século XX são a expressão mais concreta desse argumento. Enraizados em rotinas comunitárias e no uso cotidiano dos espaços, esses habitantes criaram dinâmicas de pertencimento e continuidade que preservaram o centro como espaço vivo, marcado por sua função social e cultural, realizando, na prática e à revelia do Estado, exatamente o que Giovannoni prescrevia na teoria: manter o centro histórico como bairro, não como monumento.

2 O CENTRO HISTÓRICO LUDOVICENSE E A HABITAÇÃO

A história da habitação no Centro Histórico de São Luís, previamente pontuada, revela dinâmicas de resistência e apropriação popular. Desde o século XIX, com o declínio econômico da cidade, muitos casarões coloniais passaram a ser ocupados de maneira precária, transformando-se em cortiços. Esses espaços, ainda que insalubres, constituíram formas populares de habitar e de manter a centralidade urbana acessível às camadas populares.

Durante o século XX, políticas de remoção e projetos de revitalização tentaram esvaziar a ocupação popular desses espaços. Em resposta, as pessoas que estavam habitando estes espaços, reivindicaram o direito à moradia digna no centro, resultando na implementação de programas de Habitação de Interesse Social (HIS) em parte de casarões históricos.

Essas as práticas insurgentes de habitação resistiram às tentativas de expulsão e permitiram a continuidade de práticas culturais tradicionais no coração histórico da cidade, reafirmando a centralidade da moradia na produção e conservação do espaço urbano.

São Luís, inserida em um projeto de expansão associado ao avanço industrial na década de 1970, vivenciou um momento de possível redenção diante da falência desse modelo econômico. Nesse contexto, o Estado desempenhou um papel interventor, adquirindo imóveis de comerciantes falidos

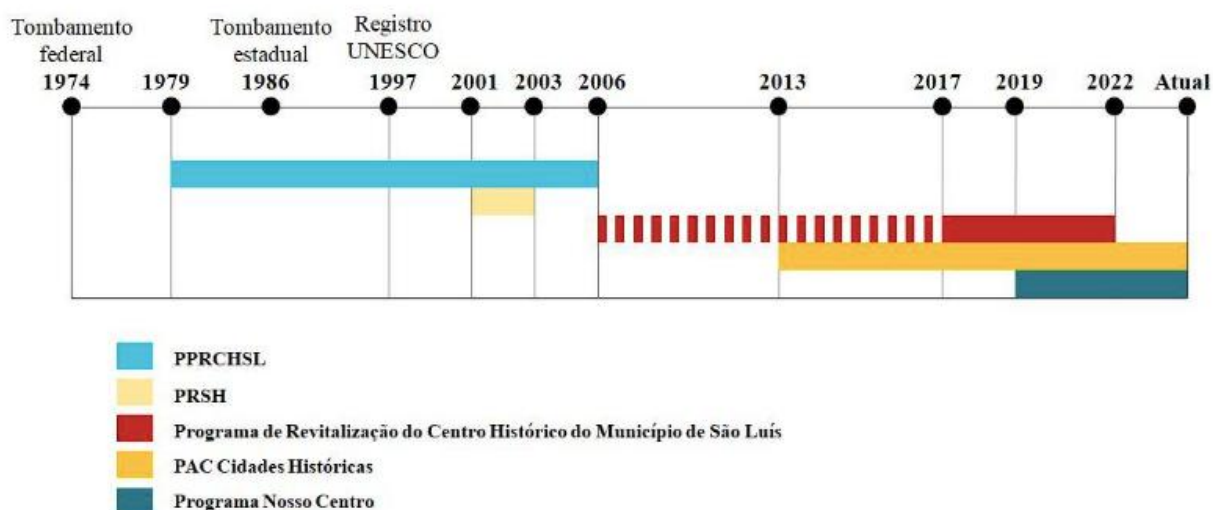
PENSAR FORA DO EIXO

para evitar o colapso da economia local e oferecer uma saída para os que enfrentavam dificuldades financeiras.

Para lidar com o esvaziamento da área central, a promoção das áreas litorâneas como novos polos residenciais e a decadência física de parte do que viria a ser reconhecido como centro histórico, diversos programas foram implementados para redefinir as funções desse espaço diante da expansão urbana. Essa transformação também marcou a transição da percepção sobre o Centro, que deixou de representar a totalidade da cidade para se tornar parte de um todo.

Segundo Souza (2024, p.44), o centro histórico de São Luís já foi alvo de seis programas "de diferentes esferas de poder (municipal, estadual e federal) (...)."

Figura 1. Linha do tempo das ações dos programas de requalificação do centro histórico de São Luís



Fonte: Souza, 2024

Embora não tenha se constituído como um programa específico, é relevante mencionar o 1º Plano Diretor de São Luís, de 1974, antes de abordar os seis programas posteriores. Esse plano introduziu diversas noções que serviram de base para os programas subsequentes, influenciando a forma como o espaço central foi tratado e como a habitação foi abordada nessa área.

O plano baseou-se nos fundamentos clássicos do urbanismo moderno no que diz respeito às áreas históricas: de um lado, priorizava-se o desenvolvimento e a expansão da cidade; de outro, a cidade

PENSAR FORA DO EIXO

histórica deveria ser ajustada para que "as concepções modernas de urbanização pudessem emoldurar a intocada respeitabilidade desta cidade histórica" (São Luís, 1975).

A dualidade entre a cidade antiga e a 'nova' cidade começa a ganhar novos contornos, com o patrimônio sendo valorizado enquanto a expansão urbana avança. Nesse contexto, surge com grande força a ideia de ajustar o centro histórico a novos usos, destacando-se o uso turístico.

No que diz respeito a habitação, Oliveira (2025,p.64) pontua que :

(...) a escala de análise de projeto para dentro da cidade histórica não leva em consideração quem já morava ali, devido às influências de cartas patrimoniais que preconizavam a valorização do monumento, nota-se um plano altamente técnico e voltado ao patrimônio material.

O primeiro projeto que viria a marcar a história do Centro Histórico de São Luís foi o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL). A partir de 1979, várias iniciativas foram realizadas com o objetivo de requalificar edifícios históricos e fortalecer os espaços culturais na cidade. Entre essas ações, Souza (2024) destaca a transformação do Convento das Mercês na sede da Fundação da Memória Republicana Brasileira; a adaptação da antiga Fábrica Cânhamo para abrigar o Centro de Comercialização de Artesanato e Cultura Popular (CEPRAMA), consolidando-se como um ponto de referência cultural no bairro da Madre Deus; a revitalização de um conjunto de galpões comerciais abandonados para a criação do Centro de Criatividade Odylo Costa, que oferece uma ampla estrutura cultural, incluindo cinema, teatro, biblioteca, salas de dança e oficinas.

Outras intervenções incluem a adaptação de um sobrado na Rua Portugal para o Museu de Artes Visuais e a conversão de uma antiga sede de telefonia no Restaurante Escola do SENAC, ampliando as opções de formação e gastronomia no local.

Além das modificações nos edifícios, a requalificação urbanística da área também se destaca pela criação de espaços públicos voltados para atividades culturais. As intervenções realizadas transformaram a paisagem urbana, substituindo a desordem visual provocada pelos cabos e fios expostos pela instalação de redes subterrâneas. Áreas antes abandonadas foram transformadas em praças, e medidas como a restrição de veículos e a criação de vias exclusivas para pedestres facilitaram uma maior integração entre os moradores e o espaço urbano.

PENSAR FORA DO EIXO

No quesito habitacional, o programa segundo Souza (2024) teve ao longo de suas fases alguns subprogramas como o Subprograma de Promoção Social e Habitação (SPSH) com ações para o público de baixa renda que encarava uma perspectiva holística com propostas de “desenvolvimento comunitário, como ações de apoio a microempreendedores, construção de escolas, creches e postos de saúde, mas não chegaram a ser concretizados.”

Entre as ações efetivas, destaca-se a inauguração, em 1993, do sobrado localizado na Rua João Vital de Matos, nº 36. Segundo Souza (2024), o imóvel, que funcionava como cortiço, foi restaurado para abrigar 10 famílias de baixa renda, incluindo antigos moradores do local.

Figura 2. Comparação do Edifício da Rua João Vital, no 36, antes e depois da requalificação



Fonte: Souza, 2024.

Além desse, no ano 2000, Souza (2024) menciona que outros seis projetos foram aprovados com a proposta de uso misto, combinando habitação e comércio, nos seguintes endereços: Rua Portugal, 141-155 (Projeto Morada das Artes); Rua do Giz, 66; Rua João Gualberto, 49; Rua da

PENSAR FORA DO EIXO

Palma, 336; Rua da Estrela, 350; e Rua da Palma, 337, combinações que demonstraram promover o fortalecimento da habitação com a cultura.

Outro programa em que a habitação foi contemplada é o Programa de Revitalização de Sítios Históricos (PRSH), lançado em 2001. No âmbito desse programa, foram previstos cerca de 15 imóveis para receber intervenções, mas apenas um foi efetivamente executado: o edifício localizado na Rua Afonso Pena, nº 378. Destinado ao mercado das Tulhas, o projeto abrigou 16 apartamentos voltados para habitação. Embora originalmente planejado para uso misto, sofreu um impedimento técnico que resultou na conversão da área destinada ao comércio em espaço habitacional. Segundo Chaves (2023), essa alteração é uma das principais queixas dos moradores, pois o projeto de adaptação, realizado de forma inadequada, gerou unidades habitacionais insalubres e pouco funcionais.

A terceira proposta de projeto com a habitação inserida surge em 2006 Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís que nasce como uma proposta municipal em meio aos cuidados que o patrimônio demanda. Souza (2024, p. 56) esclarece esse programa:

(...) Inicialmente, o programa previa a reabilitação de 20 imóveis, sendo 15 para uso misto de habitação/comércio e os outros cinco para fins institucionais, mas devido a problemas de titularidade dos imóveis, apenas cinco se mostraram aptos e foram selecionados para a realização de projetos de interesse social. Por fim, devido a falta de recursos pela demora na aprovação do financiamento externo, o programa nunca foi concretizado.

Por meio da articulação entre a União de Moradores do Centro Histórico de São Luís e a prefeitura, foi realizada, em 2011, uma ação decorrente dessa proposta inicial. O prédio selecionado para o projeto localizava-se na Rua Humberto de Campos, nº 107. No entanto, a execução foi alvo de críticas, pois, “ como resultado, entregaram-se 18 (dezoito) pequenos apartamentos escuros e com pouca ventilação natural, sem acabamento de pisos, banheiro e cozinha” (Chaves, 2023, p.224).

Em 2013, tem-se o Pac Cidades Históricas, São Luís foi uma das 44 cidades contempladas pelo programa e, segundo o IPHAN (2017), o investimento total direcionado à cidade foi de R\$ 1,6 bilhão para 44 ações. Dos projetos indicados, constam apenas dois: O primeiro, em 2017, encontrava-se na fase de elaboração de projetos para os casarões na Rua da Palma, 445 e 459, mas, conforme relatado pela Prefeitura, havia “atraso na abertura dos imóveis pela Prefeitura de São Luís”.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 3. Casarão da Rua da Palma nº 459 e nº 445



Fonte: Google Earth, 2024.

O segundo projeto, voltado para os casarões de números 195/205 na Rua da Palma, previa a criação de apenas 14 a 19 unidades habitacionais. Atualmente, ao consultar o site do Iphan, observa-se que o projeto permanece inacabado.

Por fim, destaca-se o atual Programa Nosso Centro, iniciado em 2019. Um dos marcos dessa iniciativa foi a revitalização do Edifício Governador Archer, localizado na Avenida Magalhães de Almeida. Originalmente utilizado como sede de um órgão estadual, o edifício encontrava-se abandonado até ser incorporado ao programa. A revitalização permitiu que aproximadamente 14 famílias de baixa renda, identificadas em situação de vulnerabilidade na região central de São Luís, fossem realocadas para o local.

A realidade de apropriação de terrenos e construções como ajuda do Estado não é exclusiva de São Luís. Appleyard (1979, p. 30), em análise contemporânea ao período, já alertava para situações semelhantes:

Um estudo recente revelou que 75% dos terrenos vagos em áreas centrais urbanas pertencem ao poder público. As autoridades estão sob pouca pressão para tomar qualquer atitude em relação a isso. Muitas esperam, de forma irrealista, que os desenvolvedores apareçam, enquanto outras áreas são deixadas de fora dos programas atuais..

Ao longo dos últimos 50 anos de programas e iniciativas no Centro Histórico de São Luís, o Estado assumiu o papel de suporte ao adquirir casarões de comerciantes falidos. Muitos desses imóveis,

PENSAR FORA DO EIXO

que originalmente apresentavam uma tipologia habitacional mista (residências e comércios), tiveram seu uso descaracterizado após a transferência para o poder público. Com frequência, a habitação foi negligenciada, resultando no abandono dos casarões, que, em muitos casos, acabaram degradados ou em ruínas. A expectativa de que a iniciativa privada assumisse o papel de suporte ao Estado perpetua um ciclo de dependência estrutural, que se mostrou desalinhado com as ações insurgentes e as práticas culturais mantidas pelos moradores, mesmo diante das dificuldades.

A limitada abrangência dos programas e os avanços modestos na questão habitacional reforçam que essas iniciativas foram não apenas insuficientes, mas também desconectadas da realidade daqueles que desejam habitar o centro. No entanto, a espontaneidade na produção cultural permanece viva, pois os habitantes dessa região, imersos em seu *habitus*, continuam encontrando espaço para se expressar, apesar dos desafios.

3 MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO ATRAVÉS DA CULTURA

Muñoz-Viñas (2003) argumenta que a cultura, entendida como a soma de crenças, valores, conhecimentos e práticas de um grupo social, abrange todas as manifestações do cotidiano, independentemente de juízos de valor.

O *habitus* ludovicense, com o patrimônio edificado e os espaços urbanos como palco de suas manifestações, revela práticas que, embora espontâneas, não apenas fortaleceram a cultura local, mas também contribuíram ativamente para a conservação do espaço patrimonial. Essa conservação se deu a partir de sua função social e de seu uso contínuo.

A vitalidade dos centros históricos não depende apenas da preservação material de sua arquitetura, mas da manutenção ativa das práticas sociais e culturais que ali se desenvolvem. A história oral, os saberes empíricos e as vivências cotidianas são elementos fundamentais nesse processo. Eles carregam memórias, afetos, modos de uso e significados que a cidade formal muitas vezes não reconhece, mas que são essenciais para a permanência de uma identidade urbana viva. É por meio desses elementos que os habitantes tornam o espaço urbano um lugar, no sentido de Tuan (1983), carregado de significado.

PENSAR FORA DO EIXO

A história oral permite que memórias coletivas e individuais sejam transmitidas entre gerações, conferindo ao espaço uma continuidade simbólica. Nos centros históricos, onde se sobrepõem camadas temporais e culturais, o relato dos moradores mais antigos preserva não só a memória dos edifícios e ruas, mas dos modos de vida e das relações que ali ocorriam. Michel de Certeau (1994) argumenta que os usos cotidianos do espaço — o caminhar, o narrar, o nomear — são formas de resistência e produção simbólica, capazes de subverter a lógica oficial do urbanismo. Assim, a oralidade se torna uma tecnologia de manutenção da vida urbana, especialmente nos espaços que sofrem com os processos de gentrificação e turistificação.

Os saberes empíricos, muitas vezes desconsiderados pelas políticas públicas, são formas de conhecimento que nascem da prática, da experiência acumulada ao longo do tempo. Nabil Bonduki (2014) destaca a importância de reconhecer os saberes populares na produção do espaço urbano, sobretudo nos processos de planejamento participativo e na formulação de políticas habitacionais. No centro histórico, isso se traduz na valorização dos saberes dos artesãos, comerciantes locais, moradores e trabalhadores que mantêm o espaço ativo, mesmo diante da decadência econômica ou abandono institucional. Ao considerar esses conhecimentos, o planejamento urbano pode ser mais democrático e enraizado nas realidades locais.

Além disso, as vivências cotidianas moldam o espaço urbano por meio do uso, da apropriação e da reinvenção dos lugares. Segundo Henri Lefebvre (1991), o espaço é uma produção social, construída por meio da interação entre práticas espaciais, representações e experiências vividas. Nos centros históricos, é comum observar como os moradores reorganizam calçadas, fachadas ou becos para atender às suas necessidades — ações muitas vezes vistas como informais, mas que revelam uma profunda relação com o lugar. Essas práticas tornam o espaço histórico um território vivido e não apenas conservado como relíquia.

Diante do exposto, torna-se evidente que a conservação do patrimônio histórico não se sustenta apenas por instrumentos técnicos ou legislativos, mas, sobretudo, pela vitalidade das práticas culturais que habitam e ressignificam esses espaços cotidianamente. Se o território urbano se torna lugar por meio das experiências vividas, das memórias compartilhadas e dos saberes que resistem à marginalização, é possível reconhecer que grupos historicamente excluídos das narrativas oficiais exercem, muitas vezes de forma silenciosa e subversiva, um papel central nesse processo de

PENSAR FORA DO EIXO

manutenção simbólica e material do patrimônio. Nesse sentido, a comunidade LGBTQIA+¹ em São Luís emerge como um agente privilegiado dessa dinâmica: ao ocupar os espaços do Centro Histórico como território de expressão, resistência e construção identitária, ela não apenas reafirma o caráter vivo e plural do patrimônio edificado, mas também o reinventa, atribuindo-lhe novos significados sem apagar os sedimentos do passado.

4 A CULTURA QUEER COMO FERRAMENTA DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Para compreender como a comunidade LGBTQIA+ se instala no centro, é necessário fazer uma breve contextualização histórica de como esse grupo se expressava político e socialmente na sociedade ludovicense ao longo dos anos, ganhando força e estabilidade diante do preconceito e intolerância que vigora até os dias atuais.

Depois, faz-se uma análise de como a comunidade queer encontra no Centro um local apropriado e sólido para manifestar sua cultura e arte, impulsionado por um desejo de pertencimento e reconhecimento aliado às políticas públicas de incentivo a ocupação desse espaço, que são subvertidas pelo grupo, utilizando-o de modo singular e conduzidos a alimentar os próprios interesses da comunidade e assim, contribuindo com a preservação da região central e perpetuação da memória desse ambiente com algumas das manifestações mais expoentes da cultura queer: a música eletrônica underground- o techno- e a cena ballroom.

4.1 Breve contexto histórico

A cena queer¹ ludovicense, especialmente entre as décadas de 1970 e 1990, se estruturou inicialmente não como movimento político formal, mas como “movimentação” social baseada no lazer, na sociabilidade e na ocupação de espaços urbanos marginais. Segundo Júlia Francisca Gomes Simões Moita, antes mesmo da consolidação de um movimento LGBT+ organizado, já

¹ O termo *queer* tem origem na língua inglesa e foi historicamente utilizado de forma pejorativa para designar pessoas que desviavam das normas de gênero e sexualidade. A partir das décadas de 1980 e 1990, especialmente com o avanço dos estudos queer, o termo foi ressignificado e apropriado politicamente por sujeitos dissidentes como forma de afirmação identitária e crítica às categorias fixas de gênero e orientação sexual. Nesse sentido, *queer* não se refere a uma identidade estável, mas a um campo de práticas, expressões e posicionamentos que tensionam a heteronormatividade. Já a sigla LGBTQIA+ refere-se a um conjunto mais amplo de identidades, incluindo Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e outras variações representadas pelo símbolo “+”. A utilização desses termos no presente trabalho busca reconhecer a diversidade das experiências de gênero e sexualidade, bem como destacar sua dimensão política e espacial na produção do espaço urbano.

PENSAR FORA DO EIXO

existia uma dinâmica intensa de encontros e circulação de corpos dissidentes, centrada em espaços específicos da cidade (MOITA, p. 11).

Nesse sentido, é fundamental compreender que a própria cultura da música eletrônica — hoje central na cena queer contemporânea — nasce historicamente vinculada à diversidade, à dissidência e à ocupação de espaços marginalizados. Seu principal expoente inicial, na cidade de Detroit, nos Estados Unidos, emerge a partir da ocupação de fábricas abandonadas após a crise do setor automobilístico, na década de 1970. Esses espaços industriais desativados foram apropriados por comunidades negras e LGBTQIA+, que passaram a utilizá-los para a realização de festas que celebravam tanto a música eletrônica quanto suas próprias existências, frequentemente negadas ou marginalizadas. Nesse contexto, os clubes e festas underground tornaram-se espaços simbólicos de resistência, onde a música operava como meio de afirmação identitária e de produção de pertencimento coletivo, especialmente para sujeitos cujas formas de vida eram constantemente questionadas.

Esse movimento impulsionado pela música eletrônica rapidamente se disseminou por diversas cidades do mundo, como Londres, Berlim e São Paulo, adaptando-se às especificidades culturais de cada contexto e incorporando ritmos locais. Apesar dessas variações, manteve-se uma característica fundamental: sua associação com espaços marginalizados, abandonados ou fora dos circuitos institucionais, e sua capacidade de acolher indivíduos que escapavam dos padrões sociais dominantes. O próprio termo “underground” — que remete ao que está no subterrâneo, fora da visibilidade e da lógica comercial — evidencia essa condição de resistência e de produção cultural alternativa.

No Brasil, especialmente a partir da década de 1980, a cena underground urbana passa a se estruturar em diálogo com essas influências internacionais, inicialmente articulada a vertentes do rock, como o new wave, post-punk e outras sonoridades experimentais. Em São Paulo, a introdução do conceito de danceteria, por Ângelo Leuzzi no clube Rose Bom Bom, e a atuação de espaços como Madame Satã, Ácido Plástico e Radar Tantã foram fundamentais para a consolidação de uma cena que mesclava música eletrônica, performance e experimentação estética. Nesse contexto, DJs como Marquinhos MS incorporam o techno e contribuem para a difusão de uma cultura de pista centrada na figura do DJ e na experiência sensorial coletiva. Essas experiências urbanas consolidaram uma vocação para o underground nas grandes cidades brasileiras, estabelecendo as

PENSAR FORA DO EIXO

bases para a associação entre música eletrônica, dissidência cultural e ocupação espacial (PALOMINO, 2024, p. 71).

Na região central de São Luís, na porção que tange a Praia Grande e o Desterro havia uma área definida como Zona do Baixo Meretrício de 1940 a 1980, e funcionava como pólo centralizador da vida boêmia da cidade. Esse cenário preparou terreno para o uso que esse espaço perpetua até hoje, a presença de bares e botecos espalhados nesse ambiente, a reocupação urbana cria condições semelhantes às que permitiram o surgimento de espaços dissidentes no passado.

Figura 3. Rua da Palma, bairro do Desterro, no casarão nº392



Fonte: Fernando Duarte, 1966.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, essa sociabilidade se complexifica e se diversifica com a emergência de bares, boates e pontos de encontro específicos. Espaços como o Casarão e outros estabelecimentos consolidam uma cena LGBTQIAPN+ mais estruturada, ainda que marcada por invisibilidade e estigmatização. Paralelamente, fora do centro, surgem espaços fundamentais para

PENSAR FORA DO EIXO

a memória queer da cidade, como o Bar da Marlene e a Boate Pedrita, que operavam como locus de resistência e produção de sociabilidade dissidente.

Figura 4. Boate Pedrita, Bairro João Paulo



Fonte: Instagram (@slznostalgia), 2024.

Essa ocupação histórica deve ser entendida como uma prática de resistência espacial. Em contextos de repressão moral e invisibilização, a presença de corpos dissidentes em bares, praias e boates configurava uma forma de enfrentamento à heteronormatividade. A simples possibilidade de demonstrar afeto em público já produzia tensão e subversão, transformando esses espaços em territórios políticos.

Por fim, é importante destacar que essa ocupação não se dava de forma homogênea, mas articulava diferentes escalas da cidade. A cena queer se organizava em redes informais, reforçando seu caráter subterrâneo, mas também sua coesão interna. Esse período constitui a base histórica sobre a qual se desenvolverá a intensificação contemporânea da ocupação do Centro Histórico.

4.2 Políticas de ocupação e revitalização do Centro Histórico e intensificação das atividades da cena cultural queer

A partir das décadas finais do século XX, especialmente com o Projeto Reviver e programas subsequentes de requalificação urbana, o Centro Histórico de São Luís passa por um processo de reativação funcional. Essas políticas, embora orientadas principalmente ao turismo, à cultura e ao comércio, tiveram como efeito colateral a reintrodução de fluxos urbanos e a ampliação da vida noturna. Segundo Costa, é nesse momento que o centro se transforma em um espaço de “efervescência cultural, de lutas por direitos, de lazer e de socialização” para populações LGBTQIAPN+ . Ou seja, a política urbana cria as condições materiais para a intensificação da presença queer.

Esse processo está diretamente relacionado à lógica da polifuncionalidade urbana, que promove a coexistência de diferentes usos — culturais, comerciais, turísticos e de lazer — no mesmo território. Como aponta Souza, essa diversidade de usos favorece a permanência de pessoas ao longo do dia e da noite, ampliando a circulação e a heterogeneidade social . Nesse ambiente mais dinâmico e menos controlado, práticas dissidentes encontram maior possibilidade de expressão, especialmente no período noturno, quando o controle social tende a ser reduzido.

Entretanto, essa intensificação ocorre de forma contraditória. As mesmas políticas que reativam o centro também priorizam o turismo e negligenciam o uso habitacional, contribuindo para processos de esvaziamento residencial e fragmentação urbana . Isso faz com que o centro se torne um espaço de uso predominantemente episódico e noturno, o que, paradoxalmente, favorece a ocupação queer. A ausência de moradores e a predominância de atividades culturais criam um território mais permissivo, onde normas sociais são mais facilmente tensionadas.

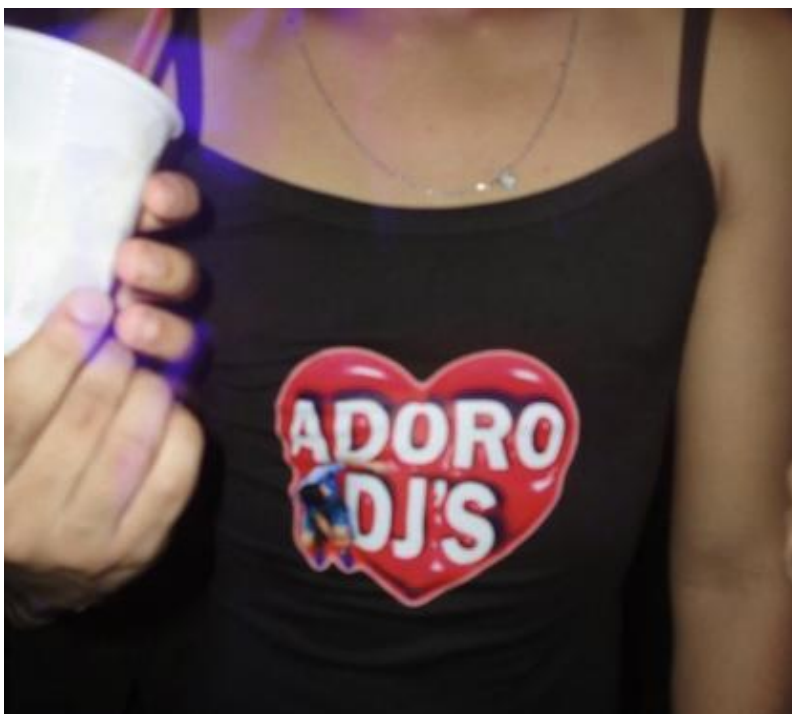
Além disso, a revitalização urbana transforma o centro em vitrine cultural, o que amplia sua visibilidade e atratividade. Nesse cenário, a presença queer deixa de ser exclusivamente marginal e passa a integrar — ainda que de forma não institucionalizada — a própria dinâmica cultural do centro. A ocupação queer, portanto, não é apenas consequência das políticas urbanas, mas também uma apropriação estratégica dessas condições, convertendo um espaço requalificado em território de expressão dissidente.

4.3 A cena queer contemporânea: Cultura clubber, ballroom e insurgência espacial no Centro Histórico

PENSAR FORA DO EIXO

No contexto contemporâneo, a cena queer do Centro Histórico de São Luís se consolida como um campo híbrido de produção espacial, no qual a cultura clubber, as festas independentes e a ballroom articulam práticas estéticas e políticas de ocupação urbana. Um dos principais agentes dessa transformação é o grupo Bailinho Mara, que desde sua criação percorre as ruas do centro em busca de espaços possíveis para a expressão da música eletrônica. A ausência de um espaço fixo não se configura como limitação, mas como estratégia insurgente: ao deslocar a pista de dança para a rua, o coletivo rompe com a lógica institucional da festa e propõe uma experiência urbana aberta, acessível e não mediada por estruturas formais de consumo. Conforme discutido no podcast *No coração do centro*, o DJ Gustavo Cold destaca que a iniciativa surge de maneira autônoma, sem apoio estatal, a partir do esforço coletivo de amigos interessados em criar uma festa democrática e apresentar seus trabalhos como DJs (FERREIRA, 2024). Nesse sentido, o Bailinho Mara não apenas ocupa o espaço urbano, mas o redefine, transformando a rua em palco, pista e território político.

Figura 5. “Clubber” numa edição do Bailinho Mara, a camisa tem arte de Luccas Moraes e homenageia a cena underground eletrônica.



Fonte: Acervo Pessoal, 2025

Figura 6. “Musers” do Bailinho - artistas que se apresentam na cena

PENSAR FORA DO EIXO



Fonte: Instagram (@bailinhomara), 2023.

Essa escolha pela rua como pista revela uma dimensão fundamental da cena contemporânea: sua vocação para a democratização cultural e para a reapropriação do espaço público. Ao romper com a lógica de eventos fechados e elitizados, o Bailinho Mara amplia o acesso à cultura clubber, permitindo que sujeitos que já habitam o centro — ou que transitam por ele — participem da experiência. Trata-se de uma prática que tensiona as fronteiras entre público e privado, consumo e participação, e que reafirma o centro histórico como espaço de convivência e experimentação. O crescimento do coletivo e sua consolidação como um dos expoentes da cena underground queer evidencia como essas iniciativas produzem movimento, ativam bares e ruas e instauram novas dinâmicas de uso no território central.

Paralelamente, o Movimento MELUDO (Movimento Eletrônico Ludovicense) constitui outra frente fundamental na consolidação da identidade queer underground em São Luís. Criado em 2017 por João Ricardo — DJ e produtor atuante desde a década de 1990 — o MELUDO organiza eventos em espaços não convencionais, como casarões abandonados, garagens e pequenos bares do centro histórico. Essa escolha espacial revela uma lógica de ocupação tática: ao ativar espaços

PENSAR FORA DO EIXO

subutilizados ou marginalizados, o movimento não apenas produz festas, mas reconfigura o uso do patrimônio urbano, deslocando-o da condição de ruína ou ociosidade para a de espaço vivido e experienciado. Assim como o Bailinho Mara, o MELUDO opera a partir da precariedade como potência, convertendo limitações estruturais em possibilidades criativas e consolidando o centro como território privilegiado da cultura eletrônica independente. Estes moldes também se encaixam no “Na Toca do Sapo”, evento organizado pelo DJ. Leaja Pixels que reúne vários artistas da cena para tocar nos ambientes menos convencionais possíveis, o evento ganhou força com o tempo e completou 2 anos em 2026.

Figura 7. Edição do Toca do Sapo, na Boate Fantasma - Rua do Sol, Centro



Fonte: Acervo Pessoal, 2026.

Nesse mesmo campo de produção espacial, a cena ballroom emerge como uma das expressões mais estruturadas e politicamente densas da ocupação queer contemporânea em São Luís. Conforme descrito por Andressa Algave, os bailes — como a Afroball, ativa desde 2022 — configuram-se como espaços de encontro, troca e celebração de pessoas pretas e LGBTQIAPN+, onde música, dança e performance se articulam em uma experiência coletiva marcada pela liberdade artística. Mais do que eventos festivos, as balls operam como dispositivos de pertencimento, organizados em torno de categorias performáticas e das *houses*, estruturas familiares alternativas lideradas por *mothers* e *fathers*, que oferecem suporte emocional, redes de sociabilidade e, muitas vezes, condições materiais de sobrevivência. Nesse sentido, a ballroom se

PENSAR FORA DO EIXO

configura como uma tecnologia social que reorganiza a vida de corpos historicamente marginalizados, criando espaços de acolhimento e afirmação identitária.

A cena ludovicense, ainda em consolidação, é movimentada por artistas, DJs, designers e performers que articulam eventos como Afroball e Marabaque, além da atuação de casas como a House of Vyper . Esses eventos evidenciam que a ballroom ultrapassa o campo do entretenimento, funcionando como plataforma de produção cultural, geração de renda e construção de redes comunitárias, especialmente para pessoas trans e negras, que enfrentam maiores níveis de exclusão social . Assim, a ballroom não apenas ocupa o centro, mas o reconfigura como espaço de acolhimento e visibilidade, onde arte, sobrevivência e política se entrelaçam.

.Figura 8. Apresentação da *House of Yasuke* no Ball de Carnaval do Mandragoa's bar



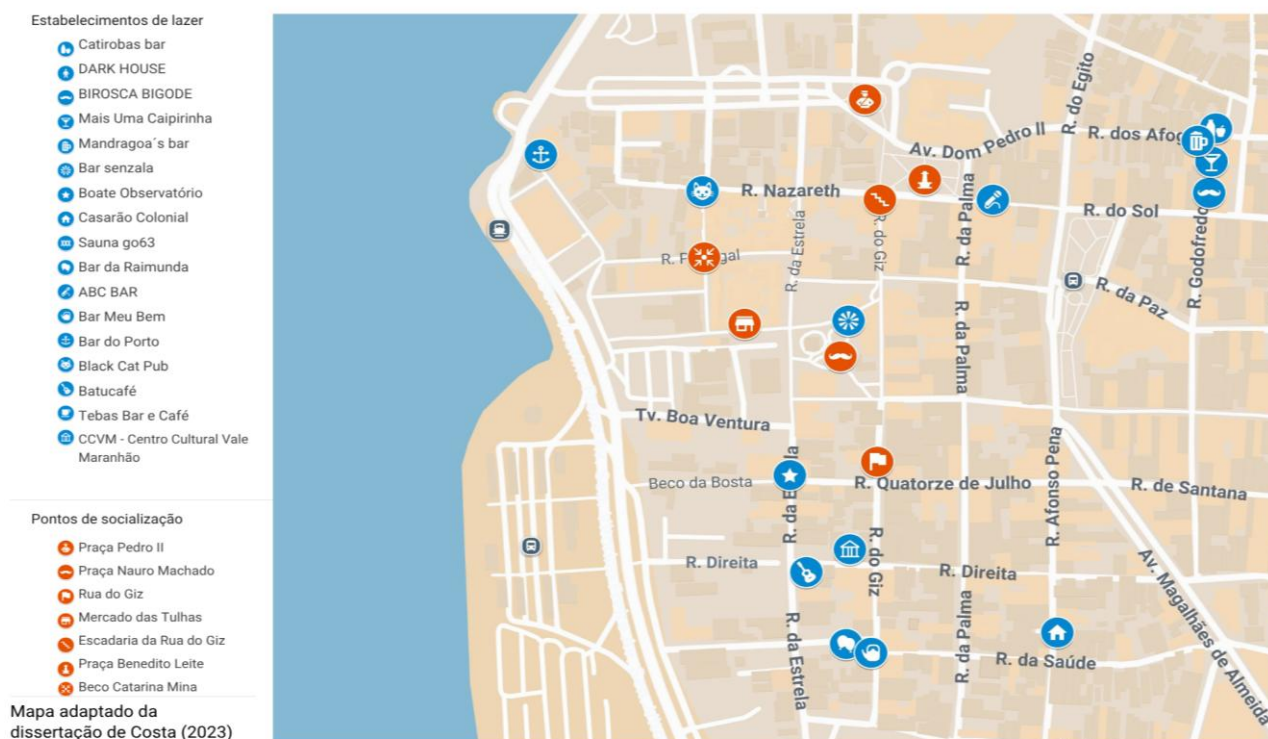
Fonte: Instagram (@wemerson.fotografo), 2026.

PENSAR FORA DO EIXO

Por fim, a cena queer contemporânea no Centro Histórico de São Luís deve ser compreendida como um processo ativo de reativação urbana, no qual coletivos independentes assumem o papel de produtores de cidade. Ao ocupar ruas, casarões e espaços residuais, iniciativas como o Bailinho Mara, o MELUDO e a cena ballroom não apenas criam eventos, mas produzem centralidade, circulação e significado social. Em oposição à lógica de museificação — que tende a transformar o centro em um objeto de contemplação turística — essas práticas instauram um uso vivo, dinâmico e conflituoso do território. Dessa forma, a ocupação queer contemporânea não apenas dá continuidade a uma história de resistência, mas redefine as possibilidades de existência urbana, consolidando o centro histórico como um espaço efetivamente vivido, disputado e produzido por corpos dissidentes.

Figura 9. Mapa de estabelecimentos de lazer e pontos de socialização das pessoas LGBTQIAPN+ no Centro Histórico de São Luís-MA

Mapa dos Estabelecimentos de Lazer e Pontos de Socialização das Pessoas LGBTQIAPN+ no Centro Histórico de São Luís – MA



Fonte: My Maps. Adaptado de COSTA (2023), 2026.

CONCLUSÃO

As iniciativas estatais, marcadas por sua limitação em escala, continuidade e capacidade de articulação territorial, mostraram-se insuficientes para a constituição de um *habitus* local capaz de consolidar o Centro Histórico de São Luís como um espaço efetivamente integrado à vida cotidiana de seus moradores. Ao privilegiar intervenções pontuais, frequentemente orientadas por lógicas emergenciais ou por interesses de valorização simbólica do patrimônio, e ao negligenciar estratégias estruturais de longo prazo, essas políticas acabaram por reduzir o papel da habitação a uma função acessória. Com isso, esvaziou-se seu potencial enquanto elemento central de mediação entre permanência histórica e transformação contemporânea, comprometendo sua capacidade de sustentar processos duradouros de preservação urbana.

Nesse sentido, a preservação do centro histórico não pode ser compreendida como um exercício técnico restrito à restauração de fachadas ou à recomposição estética de edificações. Trata-se, antes, de um processo profundamente social, que exige o reconhecimento, a valorização e a proteção das práticas, saberes e narrativas produzidas cotidianamente pelos sujeitos que habitam o espaço. É na dimensão vivida — no uso, na apropriação e na reinvenção contínua — que o patrimônio adquire densidade e sentido. Quando a cidade reconhece seus habitantes como agentes ativos da produção do espaço, ela rompe com a lógica de museificação e evita o congelamento do centro histórico em uma imagem estática, voltada exclusivamente ao consumo turístico ou à contemplação nostálgica. Assim, a escuta sensível, o planejamento participativo e o respeito às múltiplas formas de habitar configuram-se como fundamentos indispensáveis para uma política de preservação que se articule, de fato, com a noção de justiça espacial.

A trajetória dos programas habitacionais implementados no Centro Histórico de São Luís revela, contudo, uma contradição estrutural persistente: ao longo de mais de cinco décadas, embora o Estado tenha reconhecido formalmente a habitação como componente indispensável à revitalização urbana, sua operacionalização foi sistematicamente secundarizada. As seis iniciativas identificadas não lograram produzir moradia em escala suficiente para enfrentar o processo de esvaziamento populacional, resultando em um conjunto reduzido de pouco mais de sessenta unidades habitacionais, muitas das quais marcadas por inadequações técnicas e limitações funcionais. Tal cenário evidencia que a habitação popular no centro histórico foi tratada como solução residual, frequentemente implementada sob pressão social ou institucional, e não como eixo estruturante de uma política pública consistente e contínua.

PENSAR FORA DO EIXO

Entretanto, se por um lado esse histórico expõe as fragilidades das ações estatais, por outro revela a potência das práticas sociais que emergem à margem dessas políticas. Os moradores que permaneceram no centro histórico, apesar da ausência de suporte institucional adequado, configuraram-se, paradoxalmente, como os mais efetivos agentes de preservação urbana. Ao manterem edificações em uso, garantirem a vitalidade das ruas e sustentarem a presença cotidiana no território, esses sujeitos produziram uma forma de conservação baseada na continuidade da vida, e não na excepcionalidade da intervenção técnica. É precisamente nesse campo de práticas insurgentes que a cultura queer se insere de maneira decisiva.

A ocupação do centro histórico por grupos queer não deve ser compreendida apenas como expressão cultural ou forma de sociabilidade dissidente, mas como uma prática espacial profundamente implicada na produção e na preservação do urbano. Ao se apropriar de casarões abandonados, garagens subutilizadas e espaços residuais, a cena queer reativa estruturas físicas que, de outro modo, permaneceria em estado de degradação ou abandono. Mais do que isso, produz novas camadas de significado, transformando esses lugares em territórios de encontro, criação, experimentação estética e construção de pertencimento. Nesse processo, a ocupação queer opera como uma tecnologia social de reativação urbana, capaz de articular uso, visibilidade e permanência.

A relação entre habitação e ocupação queer, portanto, revela uma dimensão ampliada da ideia de morar. Habitar, nesse contexto, não se restringe à permanência física em uma unidade residencial formal, mas envolve a produção de vínculos, a criação de redes de sociabilidade e a construção de territorialidades afetivas. A cena queer, ao tensionar normas hegemônicas de uso do espaço e ao propor formas alternativas de ocupação, amplia o entendimento do que constitui a vida urbana e evidencia que a preservação não depende exclusivamente de políticas institucionais, mas também das práticas cotidianas que sustentam a existência do espaço.

Dessa forma, afirmar que a habitação falhou no Centro Histórico de São Luís seria desconsiderar as múltiplas formas pelas quais o espaço continua sendo vivido, apropriado e transformado. O que se evidencia, na realidade, é o fracasso das políticas públicas em reconhecer, apoiar e potencializar essas práticas. Ao negligenciar tanto a moradia popular quanto às expressões culturais que nela se enraízam — entre elas, a ocupação queer — o Estado deixou de atuar sobre os principais vetores de vitalidade urbana.

PENSAR FORA DO EIXO

Conclui-se, portanto, que a ocupação do espaço é condição fundamental para sua preservação. É no uso contínuo, na presença cotidiana e na capacidade de reinvenção que o patrimônio se mantém vivo. A habitação, entendida em sua dimensão ampliada e plural, e as práticas culturais dissidentes, como aquelas protagonizadas pela comunidade queer, constituem não apenas formas legítimas de apropriação do espaço, mas instrumentos efetivos de sua conservação. Preservar, nesse sentido, não é fixar o passado, mas garantir as condições para que diferentes sujeitos possam produzir, disputar e ressignificar o espaço no presente. É reconhecer que a cidade só se mantém quando é habitada — e que ocupar é, em última instância, um ato político de preservação.

REFERÊNCIAS

ALGAVE, Andressa. **Luz e vogue: a alta da cena ballroom em São Luís do Maranhão.** *Nonada Jornalismo*. 2023. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2023/09/luz-e-vogue-a-alta-da-cena-ballroom-em-sao-luis-do-maranhao/>. Acesso em: 05 abr. 2026.

APPLEYARD, Donald. **The conservation of European cities.** Cambridge: MIT Press, 1979.

BARROS, Antonio Evaldo Almeida. **Usos e abusos do encontro festivo: identidades, diferenças e desigualdades no Maranhão dos bumbas (c. 1900–50).** *Outros Tempos*, São Luís, v. 6, n. 8, 2009.

BONDUKI, Nabil. **Planejar para incluir: desafios do planejamento urbano no Brasil.** São Paulo: FAPESP, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1998.

CABRAL, Renata; ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. **Arquitetura, cidade e patrimônio no Vecchie Città ed Edilizia Nuova de Gustavo Giovannoni: as referências bibliográficas como indício de uma articulação.** *Patrimônio e Memória*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 1–16, 2025. DOI: 10.5016/pem.v21.e4086. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/4086>. Acesso em: 3 abr. 2026.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAVES, César Roberto Castro. **Políticas de revitalização do Centro Histórico de São Luís - MA e lutas pelo direito à cidade: a não efetividade dos programas de habitação e a permanência das formas precárias de moradia.** Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2023.

COSTA, Angela de Cássia. **Entre o Centro Histórico, a Praia Grande e o “Projeto Reviver”: espaços de socialização LGBTQIAPN+ em São Luís – MA.** 2023. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2023.

FERREIRA, Íkaro (apresentação). **No coração do centro. Produção Cultural e Patrimônio Humano no Centro.** São Luís: Projeto Quintas da Cidade, 2024. Podcast. Disponível em: https://youtu.be/2Wx6_8KvHHg?si=6TMww6veRaVvxSyq. Acesso em: 05 abr. 2026.

GIOVANNONI, Gustavo. **Vecchie città ed edilizia nuova.** Milano-Torino: Città Studi, 1995 [1. ed. 1913].

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Tradução de Doralice Castilho. São Paulo: Loyola, 1991.

PENSAR FORA DO EIXO

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. ***O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas***. In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Brasília: IPHAN, 2012.

MOITA, Júlia Francisca Gomes Simões. ***Lazer e resistência lésbica na noite LGBTQ+ de São Luís do Maranhão no final do século XX***. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2025. Anais [...]. 2025.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. ***Contemporary Theory of Conservation***. Oxford: Elsevier, 2003.

OLIVEIRA, Giovanna Silva. ***Regeneração do coração da cidade: reflexões e perspectivas para o Centro de São Luís***. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2025.

PALOMINO, Erika. ***Babado forte: 35 anos de cultura jovem no Brasil***. São Paulo: Ubu Editora, 2024. 464 p.

RIEGL, Alois. ***O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem***. Tradução de Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROLNIK, Raquel. ***O que é cidade***. São Paulo: Brasiliense, 1995

SOUZA, Clarissa. ***Habitar para preservar: a conservação integrada nos programas de requalificação no Centro Histórico de São Luís***. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2024.

TUAN, Yi-Fu. ***Space and place: the perspective of experience***. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983.